

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ SETOR LITORAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

DANIELA CRISTINA MARQUIORO

O SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO

MATINHOS
2015

DANIELA CRISTINA MARQUIORO

O SERVIÇO SOCIAL E A INSERÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO

Monografia apresentada ao Módulo:
Trabalho de Conclusão de Curso II,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social,
Universidade Federal do Paraná,
Setor Litoral.

Orientador: Jayson A. M. A. Pedrosa
Vaz Guimarães

MATINHOS
2015

Dedico este trabalho a toda minha família e amigos que me apoiaram em toda trajetória acadêmica, em especial a minha mãe Maria e meu pai Valmor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela oportunidade de estar na Universidade e na cidade de Matinhos -PR, também por toda proteção durante estes quatro anos longe de casa e da família. Não tenho palavras para descrever o quão maravilhoso foi, poder concluir esta trajetória, sei que Deus é o grande responsável por esta conquista.

Mesmo com a ajuda de Deus nada seria possível se não houvessem vocês em meu caminho, minha família. Minha mãe de quem eu não poderia deixar de agradecer e dizer o quanto você e o pai foram peças fundamentais para que este dia chegasse, tantas ligações de saudade, tantos medos e inseguranças que você fez com que sumissem pelo telefone, é mãe, este dia chegou, e eu não tenho como não te dizer obrigada, obrigada pelo apoio, pelos colos, abraços e beijos, obrigado por passar horas escrevendo comigo e me ajudando a entender o que parecia tão confuso, obrigado pela paciência, pelo companheirismo, obrigada por existir em minha vida. Pai, esta vitória também é sua, é nossa, você sempre me apoiando, deixando os seus sonhos de lado para que eu pudesse realizar os meus, eu jamais esquecerei o que vocês fizeram e fazem por mim, sem vocês nada disso seria possível de ser realizado. Eu amo muito vocês dois pois são o que de mais precioso tenho.

Queria agradecer também aos meus Irmãos Rafael e Gabriel e as minhas cunhadas Suély e Mayhume, por todo apoio, conselhos, conversas, e toda paciência e amor que tiveram comigo, quero lhes dizer que esta conquista é nossa e a união desta família, foi e sempre será essencial para a minha felicidade. Sou grata por tudo.

Agradeço a meu namorado Cássio, pela paciência e apoio, seu amor e carinho foram de uma importância impar para a concretização deste sonho, obrigada amor por toda dedicação comigo.

Gostaria de agradecer a minha amiga Mariana Sá por me acolher, sua amizade é muito importante para mim. Você e o Renato sempre estão prontos para me ajudar me apoiando em tudo, mana, você é maravilhosa, jamais esquecerei tudo que fizeram e fazem por mim.

Gostaria de agradecer também aos professores que me ajudaram na construção deste trabalho e em especial ao meu orientador Jayson Vaz Guimarães, obrigado pela dedicação que tiveram comigo, suas indicações, correções e construção foram essenciais para me inspirar, obrigada pela paciência e carinhos para comigo.

As minhas amigas e colegas de turma, um agradecimento especial pelo companheirismo e paciência durante estes quatro anos, me apoiando e me ajudando, nossas discussões e construções foram de suma importância para o posicionamento crítico e conhecimento teórico deste trabalho. Lembrarei de cada um em toda minha trajetória profissional.

Agradeço também as minhas orientadoras do campo de estágio Priscila Diniz de Oliveira de Cristo e Célia Marques, que me ensinaram muitas, além de serem grande fonte de inspiração para a efetivação deste trabalho. Também a todos os sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

A todos os professores do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná campus Litoral, um agradecimento especiais, a vocês que são nossos mestres e que lembraremos em todos nossos passos profissionais, o que nos passaram foi fundamental para que pudéssemos estar concluindo esta etapa, admiro muito cada um por toda força e dedicação com o curso.

“(...) educadores e assistentes sociais são profissionais que compartilham desafios semelhantes, ambos têm na escola seu ponto de encontro. Dentro desses possíveis espaços de atuação profissional apresenta-se como ponto fundamental no contexto da profissão a dimensão educativa, procurando direcionar o processo de trabalho do assistente social através de ações interdisciplinares de orientação e informação, incentivando gestões participativas e contribuindo para a construção de novos sujeitos sociais.” (MICHELI KLAUBERG FAUSTINO).

MARQUIORO, Daniela Cristina. **O Serviço Social e a Inserção Profissional na Educação**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná. Setor Litoral. Matinhos, 2015.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso-TCC constitui-se de um trabalho de investigação, cujo objetivo baseou-se em compreender e analisar a atuação do Serviço Social na política educacional Brasileira, principalmente no município de Matinhos-PR. O trabalho realizado é fruto da experiência do estágio curricular obrigatório na Secretaria de Educação de Matinhos –PR e dos espaços pedagógicos do curso de Serviço Social da UFPR/Setor Litoral vivenciado pela autora. O TCC apresenta uma breve contextualização histórica da educação no Brasil, enfatizando as relações sociais e políticas, objetivando entender o contexto que vivemos hoje nesta política, como também sua história e o processo de exclusão. Também, foi apresentado uma breve análise da sociedade neoliberal e sua influência na realidade da educação, num contexto de educação para atender o mercado e sua contradição para uma formação cidadã. É neste contexto que insere o profissional de Serviço Social na área da educação, que muitas vezes é contratado numa perspectiva voltada ao “ajuste” dos indivíduos na realidade social, indo na contramão da perspectiva ético-política do Serviço Social Brasileiro. Assim, foi problematizado este contexto, partindo das lutas dos movimentos sociais da educação e da promulgação da Constituição Federal de 1988 e também da Lei 9.394/96 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). Para finalizar o presente trabalho enfocou a relação entre o Serviço Social, a família e a escola, na tentativa de visualizar as possibilidades de uma ação destinada a garantir, às crianças, aos adolescentes, e aos jovens as condições de que necessitam para se desenvolverem, de modo saudável e seguro, preparando-se adequadamente para a vivência da futura cidadania. Desse modo, ao analisar a pesquisa documentação no ambiente escolar do município de Matinhos-PR, remeteu-se que a evasão escolar é uma das violações de direito à educação plena.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, Política de Educação, Evasão Escolar

ABSTRACT

This conclusion course work consists of a research work whose target was based on understand and analyze the performance of social work in the Brazilian educational policy, especially in the city of Matinhos, PR. The work is the result of the mandatory curricular training experience in Secretary of Education of Matinhos-PR and educational spaces of the Social Service course of UFPR / Sector Coast experienced by the author. The conclusion course work present a short historical contextualization of education in Brazil, emphasizing the social and political relations, aiming to understand the context we live now in politics, as well as its history and the exclusion process. Also, was presented a short analysis of neoliberal society and its influence on the education reality in an educational context to meet the market and its contradiction for civic education. In this context, it inserts the professional social work in education, that is often employed in a perspective focused on the "fit" of people in the social reality, going against the ethical and policy of the Brazilian Social Service perspective. So, it was treated as a problem this context, starting from the struggles of social movements in education and the publication of the Federal Constitution of 1988 and also of Law 9.394 / 96 (Law of Directives and Bases of National Education - LDB). Finally this study focused on the relationship between social work, family and school, trying to see the possibilities of an action for to ensure, children, teens, and young people the conditions that need to develop themselves, healthy and safe, preparing rightly for the experience of future citizenship. Thus, when analyzing the research documentation at school in the city of Matinhos, PR, it is concluded that absenteeism is one of violations of the right to full education.

KEY-WORDS: Social Service, Policy of Education, School Absenteeism

LISTAS DE SIGLAS

ECA.....	Estatuto da Criança e Adolescente
LOAS.....	Lei Orgânica da Assistência Social
CFESS.....	Conselho Federal de Serviço Social
FNDE.....	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
PDE.....	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE.....	Plano Nacional de Educação
IDEB.....	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB.....	Lei de Diretrizes e Bases
CMEI.....	Centro Municipal de Educação Infantil
CREAS.....	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FICA.....	Ficha do Aluno Ausente
PCN.....	Parâmetros Curriculares Nacionais
PL.....	Projeto de Lei

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: APROXIMAÇÕES	13
1.1 Contextualização da Educação no Brasil.....	13
1.2 Neoliberalismo e a Educação no Brasil.....	18
1.3 A Educação é uma Política Pública.....	25
2. O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS	28
2.1 Contextualizando a Inserção do Assistente Social na Política de Educação Brasileira.....	28
2.2 O Espaço Sócio Ocupacional do Assistente Social na Educação: Alguns Desafios	32
3. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR	40
3.1 A Secretaria de Educação No Município De Matinhos – PR.....	40
3.2 Serviço Social e a Militância Política.....	43
3.3 O Trabalho da Assistente Social na Secretaria de Educação do Município De Matinhos-PR.....	44
3.4 Estágio Curricular Obrigatório na Secretaria Municipal de Educação no Município de Matinhos – PR.....	49
3.5 A Evasão Escolar e sua Relevância no Município de Matinhos	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

O tema abordado neste trabalho de conclusão de curso se justifica pela experiência do Estágio Curricular Obrigatório I e II realizado na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura de Matinhos –PR.

Além da experiência do estágio, este tema foi escolhido pela importância que o mesmo tem para toda a sociedade, pois a escola é uma instituição onde as expressões da questão social se apresentam cotidianamente, em todas as relações e a desigualdade social deriva de diversos fatores dentre eles a falta de investimentos e visibilidade na educação. Todos os cidadãos tem contato com a escola, alguns por longos anos outros por breves períodos, mas é na escola que começamos a desenvolver nosso conhecimento teórico para a vida, como também a alfabetização que hoje nos é fundamental para a entrada no mercado de trabalho.

Conforme já previsto pela Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), a educação é um direito de todos, e é preciso qualidade nos serviços ofertados pela educação aos usuários das escolas públicas, para que possam adquirir seu pleno desenvolvimento.

O Serviço Social na Educação vem ganhando, a cada dia, espaço na agenda profissional como também nos órgãos de formação, representação e fiscalização do serviço social, pois, é um assunto que demanda maiores estudos e pesquisas.

Pensando nisso, juntamente com a experiência do estágio curricular obrigatório, tentarei compreender o profissional de serviço social, nesta área de atuação, seus desafios como também suas conquistas já instituídas dentro deste espaço.

Em primeiro momento trarei dados históricos da educação e a inserção profissional dos assistentes sociais dentro das instituições educacionais, no qual encontrei inúmeras obras existentes sobre o tema e também nos subsídio que o CFESS fez para o debate sobre o serviço social na educação, em seguida tratarei de suas atribuições e possibilidades, para então falar sobre as

demandas postas ao serviço social na secretaria municipal de educação esporte e cultura de Matinhos-PR, suas limitações e suas conquistas já efetivadas dentro deste espaço de trabalho.

Destaco alguns autores principais que me auxiliaram na fundamentação teórica e na materialização deste trabalho, dentre eles estão: Almeida(2000), Romanelli (1991), Pereira (2013) e Piana (2009).

Este trabalho de conclusão de curso virá para reforçar a importância da inserção profissional na educação na tentativa de dar visibilidade a atuação deste profissional no campo educacional, como também ajudar toda a categoria a melhorar os afazeres profissionais dentro deste espaço, pois, não sendo este um assunto muito discutido e estudando dentro das academias, acredito que muitos profissionais de serviço social se formam na graduação sem saber ao certo qual o seu papel dentro das instituições educacionais, muitos ingressam em concursos públicos e acabam sendo encaminhadas para a área da educação mesmo sem muito conhecimento sobre esta área, é necessário que os profissionais saibam a importância de seu trabalho e de todas as suas competências dentro deste, assim como as inúmeras possibilidades de atendimentos.

Este trabalho também trará consigo informações reais sobre o município de Matinhos – PR, como também a importância deste profissional nos municípios do Litoral do Paraná que ainda não foram contemplados, este trabalho é uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental.

I CAPÍTULO: CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: APROXIMAÇÕES

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém, como sujeito de ocorrências. (...) No mundo da história, da cultura e da política, constato não para me adaptar, mas para mudar. (Paulo Freire, Pedagogia da Indignação)

Este capítulo começará com uma breve contextualização da história da educação no Brasil com alguns acontecimentos a partir de 1889. É possível notar neste texto a histórica exclusão da sociedade menos favorecida a política de educação no Brasil, sempre elitista e com intuito apenas de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho conforme demanda do mercado.

Na segunda parte falaremos um pouco do neoliberalismo, como se iniciou este conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas no Brasil e quais as suas influências na educação. De acordo com a vertente neoliberal, a educação não é incluída no campo social e político, passando a ser integrada no mercado.

Também discorreremos um pouco da educação em quanto política pública e de seu surgimento.

1.1 Contextualização da Educação no Brasil

A seguir trataremos uma breve contextualização histórica da educação no Brasil. Optamos em delimitar o estudo a partir de 1889 até os dias atuais, apontando os fatos relevantes de minha análise.

Para que possamos compreender a história da educação no Brasil é preciso entender seus desdobramentos e desafios ao longo dos anos. A educação brasileira é marcada por desigualdades sociais que impedem a construção de uma educação emancipatória onde todos os sujeitos possam se desenvolver para uma cidadania crítica.

Até meados do século XIX a educação no Brasil recebia influências de Portugal, já no século XX com a industrialização as influências vinham dos Estados Unidos da América, uma dependência também cultural, econômica e política.

Em 1889 temos a proclamação da república, como nos anos anteriores, nestes seguintes se repetem os inúmeros acontecimentos de exclusão e a continuidade de um sistema que privilegia a elite. Neste período começa a haver discussões para a abertura das escolas com acesso a todos, porém a Constituição de 1891 não prevê qualquer avanço para a educação no país, muito menos para a inclusão dos negros após o fim da escravatura que ocorreu em 1888 no sistema educacional, deixando-os excluídos do acesso a essa política. No início do século XX, se expande no Brasil várias reivindicações da população por melhorias sociais além das inúmeras greves.

Guimaraes-losif (2009, p.48) ressalta que:

No contexto educacional, na segunda década do século XX, surge o movimento dos “Pioneiros da Educação” que defendiam a criação de uma escola nova – idealizada pelo americano John Dewey- mais democrática e mais acessível e lutavam por uma metodologia de ensino menos tradicional que primassem pela aprendizagem a partir de experiências vividas pelo aluno. A aprendizagem deveria ocorrer a partir da prática e da experiência, ou seja, o aprender fazendo, princípio pedagógico que vai marcar o início da educação para as massas no Brasil e vai se espalhar também em outros países do continente americano.

A partir de 1930, na era Vargas, com as reivindicações e revoltas populares o governo procura mecanismos para diminuir com tamanha pressão popular, usando então pela primeira vez os direitos sociais, na tentativa de acalmar os ânimos de toda população revoltada. Grande momento na história do país marcado pelos 15 anos de governo de Getúlio Vargas¹.

Este período foi marcado por acontecimentos importantes no mundo, como a Segunda Guerra Mundial² e pela bomba de Hiroshima³. Guimaraes-losif (2009, p.49) complementa dizendo que:

¹ Esse período foi um marco na história brasileira, em razão das inúmeras alterações que Getúlio Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas. A Era Vargas, teve início com a Revolução de 1930 onde expulsou do poder a oligarquia cafeeira.

² Que ocorreu de 1939 a 1945, pelos governos de Hitler na Alemanha e de Mussolini na Itália.

³ Em 1945 que mata milhares no Japão.

A Organização das Nações Unidas (ONU) é fundada sob o argumento de manter o diálogo e a paz entre os países do mundo, Porém, nem mesmo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, impede ou minimiza os efeitos da Guerra Fria, que começa logo após o fim da II Guerra Mundial e vai até 1990. Trata-se de uma guerra marcada, de um lado, pelos ideais capitalistas dos EUA e seus aliados e, de outro, pelos ideais comunistas da Rússia.

Nessa década ainda, o governo cria o Ministério da Educação e da Saúde, também cria as duas primeiras universidades do país, uma em São Paulo e a outra no Rio de Janeiro. Foi na Constituição de 1934 que vemos avanços para a educação, com a determinação para a elaboração do Plano Nacional de Educação, que auxiliaria na coordenação de todos os níveis de ensino, além de dar responsabilidade e competências a União, Estado e Município dando-lhes vinculação de recurso. O ensino primário passa ser gratuito e obrigatório.

Romanelli (2002), apud Vieira; Freitas (2003, p.92) afirmam que: “as reformas educacionais do primeiro período da gestão Vargas são coordenadas pelo Ministro Francisco Campos, que prioriza a definição de uma estrutura orgânica para o Ensino Superior, secundário e comercial em todo o território nacional”.

Guimaraes-losif (2009, p.51) fala sobre “O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” lançado em 1932:

O Manifesto era contrário ao modelo de ensino conservador, de origem católica e defendia a oferta de um ensino laico, público e gratuito, para ambos os sexos, sob responsabilidade do Estado e das demais instituições sociais. Defendia também a ampliação progressiva da obrigatoriedade do ensino até os 18 anos, assim como a gratuidade em todos os níveis.

Já a Constituição de 1937 vem com uma perspectiva mais elitista, com a ideia ainda voltada a educação da classe média alta diferenciada da educação da classe trabalhadora, foi criada então a escola que volta seu foco para a produção de mão-de-obra. Volta à tona os ensinamentos profissionalizantes, para atender as demandas da indústria que estava a todo vapor neste período. A educação contribuiu para a ampliação das desigualdades sociais.

Somente em 1939 que as mulheres e os negros passam a ter acesso à educação escolar. Também neste período que surgem os primeiros cursos de Pedagogia para suprir a demanda educacional.

Embora tenha sido reconhecida pela Lei nº 4.024/61, somente muitos anos depois, foi a Constituição de 1946 que passa a discutir a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No início da década de 1960, as relações políticas e econômicas intensificaram entre Brasil e EUA, trazendo influências marcantes ao Brasil. De 1964 a 1985 os direitos civis e políticos são violados e os serviços sociais são expandidos como na era Vargas. Porém os militares expulsam inúmeros pensadores intelectuais e educadores do Brasil, pelo fato de não compactuarem com suas ideias, como o educador Paulo Freire que vinha elaborando seu projeto de alfabetização de jovens e adultos nesse período.

Guimaraes-losif (2009, p.55) aprofunda trazendo um pouco de como era este projeto de Freire:

A ideia era envolver vários segmentos da sociedade civil na educação dos adultos analfabetos e desenvolver prática educativa crítica libertadora, problematizadora e dialógica. Partia-se do princípio de que a educação deveria estar a serviço da emancipação popular, do respeito à sua bagagem cultural e não de sua submissão. Para tanto, essa educação deveria ter caráter político, emancipatório e humano, conseguindo fazer com que o aluno aprendesse a se expressar formal e politicamente (...).

Em 1985 Tancredo Neves é eleito Presidente do Brasil em meio a múltiplas contradições políticas e influências, após alguns problemas de saúde o presidente morre antes mesmo de tomar posse, José Sarney assume o posto de Presidente do Brasil.

Nos anos de 1985 a 1990, o país passa por grande crise econômica e escândalos de corrupção, o povo decide sair as ruas e pedir o impeachment do presidente Collor forçando-o a renunciar seu cargo em 1992.

Muitos dos avanços na educação se deram pela pressão que o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais exerceu sobre o Brasil. Em 6 de julho de 1992 entra em vigor o decreto nº 591, que traz em seu corpo algumas das soluções a serem tomadas referente a educação, como:

ARTIGO 13 1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

O marco na política de educação no Brasil, ocorreu com a promulgação da constituição cidadã de 1988 porém só inicia uma nova perspectiva de formação cidadã e de formação para o mercado de trabalho com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, que prevê algumas diretrizes como por exemplo:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial.

O Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza comandou a provação da LDB⁴, que nos trouxe grandes mudanças para o cenário da educação, ampliando o número de vagas na educação fundamental, criando programas que avaliam a educação. Também com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que determinam os conteúdos a serem abordado pelas escolas, incluindo no currículo assuntos antes nunca vistos na educação como saúde, sexualidade, meio ambiente dentre outros importantes para o desenvolvimento da criança e do adolescente. Bem como avanços para a educação especial como também na educação de jovens e adultos.

O então Ministro da Educação Fernando Haddad, lança o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que tem como intuito elevar a educação trazendo mais qualidade ao ensino em todos os níveis.

Apesar dos movimentos sociais em defesa de uma educação pública de qualidade e que alguns dos governantes também que demonstram em sua plataforma de governo voltada para esta educação isto ainda não é o suficiente para acabar com uma história de exclusões, necessário um investimento maior por parte do governo, deixando de lado os interesses do capital para poder cumprir com o que diz o Art. 205.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

1.2 Neoliberalismo e a Educação no Brasil

O neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas, que defendem a não participação do Estado na economia do país. O comércio possa agir com total liberdade para a garantia do crescimento

⁴ Para aprofundamento da LDB acesse: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 01/06/2015.

econômico e o desenvolvimento social, pois o Estado ao ver dos pensadores neoliberais, é o responsável pelas anomalias no funcionamento do mercado livre.

O pensamento neoliberal, defende, a pouca intervenção do governo no mercado de trabalho, a política de privatização de empresas estatais e a abertura da economia para a entrada das multinacionais.

Com relação as políticas sociais lamamoto (2001, p.21) afirma que:

Com o neoliberalismo temos serviços públicos precários, um Estado que diminui despesas com gastos sociais. Vemos isso constantemente no nosso dia-a-dia quando precisamos e usamos esses serviços, seja na saúde, na assistência social ou na educação foco deste estudo. O que se percebe é que "Vive-se uma sociedade de mercado.

O Neoliberalismo está ligado integralmente a globalização, pois foi, depois da Segunda Guerra Mundial, que o aumento do consumo e o avanço da tecnologia da produção impulsionaram a sociedade para o consumismo.

Após os anos 60 o Brasil foi sendo mais fortemente influenciado pelo neoliberalismo.

No período da ditadura militar o liberalismo encontrou uma terra fértil para progredir, o estado empurra seus deveres com a educação, à iniciativa privada. Desde a constituição de 46, já estava determinado que e que empresas com mais de 100 funcionários, deveriam se responsabilizar pelo ensino básico para seus funcionários e filhos, seja através de uma escola própria ou bolsas de estudo, sendo que teriam a liberdade de descontos em folha de pagamento um determinado percentual ou atrás da isenção de impostos.

Para o ensino privado aumentaram as regalias, usando o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, recursos captados de diversas fontes inclusive das verbas destinadas a educação pública, visando somente fortalecer as instituições privadas.

Na década de 1970 uma forte crise econômica cresce nos países capitalistas. Refletida no baixo crescimento da economia, aumento no índice de desemprego e aumento constante na inflação, derrubam por terra o ideal capitalista. Período onde a preocupação era elevar constantemente a produção, o consumo, e naturalmente os lucros do capital.

É em meio a esta crise que o discurso neoliberal, aos poucos surge infiltrando suas ideias. Acusando o Estado por não investir no setor privado e deixar que ocorra o enfraquecimento da poupança. Investindo em políticas sociais, um dinheiro que fica estagnado, sem movimento. Além de criar seres dependentes e improdutivos. Neste sentido, seguir o neoliberalismo significava privatizar várias empresas do estado.

Nos anos 80 com a queda do regime militar, o ensino público é visto como fraco em quanto o privado vai sendo amplamente divulgado como tendo excelência em qualidade.

O governo Collor reduziu ainda mais o investimento destinado a educação. A criação de programas educacionais além de não dar certo, ainda tem seus recursos desviados. Olhos se voltam para as universidades federais, pois elas representavam grandes investimentos que poderiam ser aplicados na educação básica.

Na educação infantil de 0 a 6 anos, não foi muito diferente, não haviam políticas específicas a mesma.

Com poucos recursos e iniciativa voluntária, algumas ações voltadas a educação infantil foram criados por pressões da classe trabalhador.

Jobin e Kremer (1988) destacam:

Alguns equívocos estão presentes nestas propostas como a vinculação da pré-escola como solução para os problemas do 1º grau, imprimindo um caráter compensatório fortemente influenciados pela abordagem da privação cultural. Tais iniciativas criaram ainda um impasse no discurso oficial, que colocava a pré-escola como uma necessidade, e por outro lado o Orçamento da União não possuía verbas para investimentos reais.

É visível o descaso da União com ensino das primeiras classes. As creches e escolinhas estão por toda parte, mas não pertencem a rede pública. A união torna-se um orientador, coordenador e financiador da iniciativa privada.

A constituição de 1988 reconhece o direito a educação infantil e também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê direitos fundamentais a educação infantil, um marco na história da educação.

Tem início os movimentos sociais, que conforme Cunha (1991):

Com o nome de movimentos sociais têm sido chamadas as ações reivindicativas de segmentos de populações urbanas (principalmente) que se caracterizam por reagirem às desigualdades na distribuição de recursos públicos nos serviços de abastecimento de água, coleta de esgotos e de lixo, saúde, educação, transporte, energia elétrica, telefone, ou seja os serviços urbanos que têm a ver com o que se convencionou chamar de qualidade de vida.

Essa pressão popular que briga por seus direitos, cobra a criação de leis e melhor qualidade nas escolas públicas. O ensino não pode continuar sendo explorado como um novo “mercado promissor”.

Com a introdução do pensamento neoliberal no Brasil, muitos setores de prestação de serviço público estatal, tiveram suas responsabilidades financeiras transferidas as empresas privadas. Já a educação e a saúde, como outros setores, continuaram a ser responsabilidade do Estado, mas estes setores não deixaram de sofrer uma grande influência do pensamento neoliberal.

De acordo com a vertente neoliberal, a educação não é incluída no campo social e político, passando a ser integrada no mercado. Assim, alguns dos problemas econômicos, sociais, culturais e políticos abordados pela educação são transformados em problemas administrativos e técnicos. O aluno passa a ser um mero consumidor do ensino, enquanto o professor passa a ser o funcionário treinado para capacitar seus alunos para o mercado de trabalho.

Na visão neoliberal o estado não precisa se preocupar com a educação básica, enquanto que os demais níveis devem estar sujeitos as leis da oferta e da procura. Desse modo o ensino médio e superior não mais seria gratuito, o ensino gratuito deveria ser abolido. Deixando a cargo do estado repassar à escola privada o valor devido por estudantes que não tivessem condições para tal.

O governo se desresponsabiliza da política da educação, mas fica com os méritos. Para tanto desqualifica o ensino público, incentivando a competição privada, culminando com a descentralização do ensino e a privatização das escolas.

O Estado teve grande culpa deste crescente aumento na procura por instituições privadas, pois apoiou estas empresas, assim como, contribuiu para

o enfraquecimento da educação pública. É normal vermos a população reclamar dos serviços públicos, pois o próprio governo transferiu sua responsabilidade para as empresas privadas e assim pode diminuir seus investimentos nestas políticas, fazendo com que a população da classe média fosse atraída as ofertas do serviços privados de escolas, universidades e planos de saúde, como sendo melhores do que as instituições públicas.

Com a introdução do pensamento neoliberal a classe média passou a frequentar as instituições privadas e classificadas como “melhores” enquanto a classe trabalhadora ficava com o ensino público, também conhecido como “ensino falido”, a visão que se tinha é que os detentores do poder, precisavam se qualificar para as grandes vagas de emprego e a classe trabalhadora só precisaria aprender o que o mercado de trabalho demandava. O pensamento crítico como também a autonomia dos sujeitos, não precisavam ser ensinadas para esta classe, pois não seria benéfico para o mercado capitalista empregar cidadãos com pensamentos críticos.

Como complementam Elizabeth Barros e Maria Izabel Brunacci (2010, p.310), sobre a influência do pensamento neoliberal na política de educação:

(...)tornou-se sendo comum a afirmação de que o Brasil tinha de se adaptar aos novos tempos de globalização da economia e de adequar a eles seu sistema educacional: as mudanças em curso levavam o mercado a exigir das pessoas uma formação polivalente, aliada a uma capacidade de dar respostas ágeis a problemas do mundo produtivo, com vista a impulsionar o processo capitalista e gerar mais emprego e renda.

Para o pensamento neoliberal, seria necessário uma reforma na política de educação Brasileira, para que pudéssemos voltar nosso ensino ao mercado de trabalho, na tentativa de formar cidadãos produtivos para atender as demandas emergentes por mão de obra qualificadas do mercado.

Muitas leis e diretrizes foram criadas no período do governo Collor – Itamar e se consolidaram no governo do Fernando Henrique Cardoso, para a total absorção dos pensamentos neoliberais nas políticas educacionais. Os professores lutaram contra essas implementações com forte resistência as mudanças enquanto reivindicavam melhores salários.

O pensamento neoliberal foi sendo introduzido aos poucos nas reformas educacionais, que se concretizaram em 1993 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n. 9.394/96. Estas reformas, foram sendo introduzidos com a ajuda dos meios de comunicação e os projetos educacionais criados pelo Banco Mundial.

Segundo Elizabeth Barros e Maria Izabel Brunacci (2010, p. 311) sob a égide da Lei n.394/96, educar passou a ser sinônimo de formar pessoas para atuarem nos diferentes nichos do mercado(...).

Ao passar dos anos, após o período do Fernando Henrique Cardoso, foi possível constatar algumas mudanças nas políticas e decretos que redigiam a educação Brasileira. No governo Lula, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), vem com novas mudanças.

(...) construir uma sociedade livre, justa, e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007, P. 5-6).

Muitas mudanças foram possíveis de serem visualizadas neste momento de reconceituação do PDE, algumas destas mudanças perduram até os dias atuais, como por exemplo, a redução da desigualdade de acesso à educação básica e a valorização dos profissionais inseridos assim como a fiscalização do ensino com a Prova Brasil.⁵

O acesso à educação universal de qualidade, necessita de inúmeros fatores para ser concretizada, não somente leis e regulamentações, mas como também a introdução destas normas ao cotidiano escolar, assim como fatores materiais, como salas de aulas adequadas e equipamentos para o trabalho visando o estímulo dos profissionais e alunos.

⁵Avaliação que busca analisar o sistema público de **ensino** do país. A prova é posteriormente utilizada como subsídio para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (**IDEB**), a prova é aplicada com estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas urbanas e rurais que tenham pelo menos 20 alunos por série.

O assistente social inserido neste espaço, precisa se atentar a estas novas mudanças. Colocando em prática seu projeto ético político, trabalhando na garantia do direito ao acesso à educação básica de qualidade, assim como o direito dos profissionais ali inseridos. Além de encontrar um campo permeado por expressões da questão social resultante do capitalismo, que necessitam do conhecimento teórico e prático do serviço social assim como da equipe multiprofissional para dar os devidos encaminhamentos.

1.3 A Educação é uma Política Pública

A educação, organizada como forma de política pública, se constituiu a partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, a ser alcançados a partir das lutas sociais, da ação dos movimentos sociais, em sua ligação com outras políticas públicas. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 05 jan. 2004).

A grande maioria dos autores que falam sobre políticas públicas, explanam, que as mesmas surgem com a Revolução Industrial, com o crescimento do capitalismo, que leva à luta das classes, reivindicando direitos. É neste momento que entra o estado, precisando intervir e assumir a responsabilidade da garantia de direitos sociais, evitando desse modo uma abusiva exploração aos trabalhadores, por parte das indústrias, razão que estava gerando altos índices de desigualdade social.

Designa-se chamar questão social, os confrontos que surgem entre proletariado e burguesia, e que com o passar do tempo ficam subentendidos a necessidade de intervenção social. Percebendo os trabalhadores, que são a força matriz que alavanca o sucesso da indústria, enquanto estas mesmas riquezas que produzem, estão cada vez mais distantes de seu alcance, e sendo mais e mais explorados e reprimidos em sua busca por direitos sociais, torna-se quase impossível impedir o inevitável. De acordo com Silva e Silva (2009, p. 15):

A questão social, antes de ser uma questão econômico-política, apresenta-se como uma questão religiosa e moral no contexto de uma sociedade percebida como um todo unificado e harmônico, em que a desigualdade social aparece como natural, portanto inevitável, cabendo ao estado promover o bem comum.

O Serviço Social até então tinha bases doutrinárias, tendo forte posição defendida em meio ao conservadorismo da Igreja Católica. Conforme Silva (2009, p. 15), segue-se um processo de secularização e ampliação do suporte técnico científico da profissão, com a criação de escolas e faculdades. lamamoto e Carvalho (1982, p.77) sugerem que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado.

Inevitavelmente há uma série de desastrosos enfrentamentos entre empresários e trabalhadores para que os setores que governam tomem medidas acerca do caso. É nesse momento que o estado percebe a necessidade de intervir, criando leis trabalhistas e políticas públicas. São os profissionais de serviço social que irão auxiliar na organização e implementação das mesmas. Não que a preocupação fosse com o trabalhador, mas a produtividade não poderia cair.

Começa então o trabalho dirigido do assistente social, que intervém junto aos trabalhadores, evitando conflitos e lutas de classes. Dirigido, pois, apesar de intervir junto aos trabalhadores, em melhores condições de vida e de trabalho, deve zelar pela cartilha da classe dominante, ou seja, é contrário à sua real função.

Iamamoto e Carvalho (1982, p. 75) descrevem que o trabalho do assistente social:

Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história.

Para Iamamoto, não podemos deixar de ver que este modo de agir, sendo o profissional de serviço social mais influenciado pela classe dominante ou dominada, pode resultar em dois comportamentos também equivocados: o fatalismo e o messianismo. No fatalismo, conforma-se em acreditar que é natural o assistente social, atender as atribuições determinadas pelo poder maior. No segundo, o comportamento messiânico, acredita ter o profissional um grande influência sobre os empresários e estado, não percebendo o quanto ele necessita ater-se a processos sociais e determinações de sua prática

profissional. "O messianismo traduz-se numa visão 'heroica', ingênua, das possibilidades revolucionárias da prática profissional, a partir de uma visão mágica da transformação social" (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p. 116).

CAPÍTULO II: O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO E DESAFIOS

O assistente social se fortalece no campo da educação por atuar em um espaço onde a diversidade humana, cultural e econômica estão presentes, as relações interpessoais estão em constante processo de ruptura e aliança, a competição, o individualismo, a dualidade de poderes reclamam ações que transformem o ser humano enquanto autor e ator de uma história com posturas éticas. Apesar de a educação escolar ainda não ser um campo fértil de trabalho dos assistentes sociais são as próprias alterações processadas no mundo educacional, da informação e da tecnologia que demandam a sua inserção em articulação com os demais profissionais. (SOUZA, 2005, p. 38-39).

Em primeiro momento, o texto abordara a história da inserção profissional do Assistente Social na área da educação, trazendo uma noção dos acontecimentos ao longo dos anos, o início da intervenção profissional e os desafios enfrentados. É possível notar os avanços, e também os inúmeros desafios postos ao profissional inserido nesta área de atuação.

Já no segundo momento deste capítulo, faremos algumas reflexões acerca da importância deste profissional, inserido na área educacional. O trabalho multiprofissional que o mesmo deve exercer junto aos pedagogos e demais profissionais inseridos, para que não haja o esgotamento profissional, no atendimento as demandas, postas pelas inúmeras expressões da questão social vivenciadas neste contexto.

Traremos também, das atribuições e competências do profissional de Serviço Social na educação, com a ajuda dos subsídios, que o Conselho Federal de Serviço Social construiu, para auxiliar os profissionais inserido nesta área de atuação e, alguns instrumentais possíveis para o exercício da profissão. Com o aumento da procura por esta inserção profissional, alguns debates tem sido feitos nos encontros e trabalhos sobre o tema, então discorreremos um pouco sobre quais são estes debates contemporâneos.

2.1 Contextualizando a Inserção do Assistente Social na Política de Educação Brasileira

A educação passa a ser um campo de atuação do profissional de serviço social por volta de 1906, os primeiros estudos e intervenções profissionais tem início nos Estados Unidos e na Europa, a fim de identificar os motivos para o baixo rendimento escolar de parte dos alunos, na tentativa de diminuir a evasão escolar e “ajustar” tais alunos que demandavam atendimento, por conta das inúmeras expressões da questão social.

A implantação no Brasil do serviço social na área da educação, se dá no estado do Rio Grande do Sul, onde foi introduzido na antiga Secretaria de Educação e Cultura, em 25 de março de 1946, através do decreto nº 1394. Também focando no “ajuste” do aluno, sua família e comunidade, isso se deu até meados de 1970. Somente com o Movimento de Reconceituação do serviço social, foi que a intervenção do profissional no contexto educacional ganhou novas possibilidades.

Articulado ao programa federal de assistência ao escolar, as atividades destes profissionais de serviço social, focavam-se na descoberta de problemas sociais imediatos, que poderiam influenciar no rendimento escolar do aluno, suas ações também eram pensadas com intuito de modelar o estudante para que não houvesse conflitos no âmbito escolas. A visão que os profissionais tinham sobre alguns alunos que demandavam atendimento, era destorcida, muitas vezes vistas como anormais ou até mesmo um defeito do aluno.⁶

Os pensamentos de muitos profissionais eram voltados ao mercado de trabalho, na formação de cidadãos produtivos, isso acontecia muitas vezes por acreditarem e quererem seguir o que o Estado demandava, isso se estabeleceu até o ano de 1970, uma profissão que seguia a ordem vigente.

A partir da década de 1980 a intervenção dos profissionais de serviço social ganhou novos olhares, suas práticas profissionais começam a problematizar, enfocando agora os aspectos econômicos, sócio-políticos e culturais, trazendo à frente a realidade social.

Os profissionais começam a desenvolver ações que democratizem o espaço da escola, na tentativa de “conscientizar” toda população em torno, para que todos tivessem uma nova inserção no espaço, e que cuidassem daquele espaço. Como também ressaltar a importância da família, no processo

⁶ Estamos falando de um período sócio histórico onde antecede o movimento de conceituação do serviço social e portanto com uma concepção positivista das relações sociais, ou seja, com o objetivo de harmonizar os conflitos sociais.

educacional, formulando projetos que trouxessem esses pais para dentro da escola, assim ajudar também na gestão destes espaços.

Naquele momento, o serviço social ampliava suas demandas, atuando junto as demandas como a violência contra a criança e ao adolescente, e a miséria. Era importante baixar os números inaceitáveis de abandono, fracasso escolar, que foi tomando proporções maiores ao passar dos anos, que acabavam influenciando na formação educacional dessas crianças, muito disso ocorria pela sua situação socioeconômica.

Por volta de 1990, os assistentes sociais começam a ser requisitados também, para o atendimento a situações, antes atendidas exclusivamente por outros profissionais. Casos de alunos usuários de drogas, gravidez na adolescência, maus-tratos, abuso sexual dentre outros começavam a ter a intervenção profissional do assistente social.⁷

Na década de 1990, o serviço social se insere na área da educação com maior intensidade, já abrangendo os estados do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco, de Minas Gerais e do estado de São Paulo.

A partir deste momento, o profissional de serviço social, passa a compor o quadro da equipe de multiprofissionais presentes nas secretarias de educação dos municípios. Estas atuações, começaram a ficar conhecidas nas revistas e eventos profissionais. Surgem novos olhares e estudos sobre esta área, a cada pesquisa, prova-se a necessidade e importância que tem este profissional na atuação junto a educação.

Desde o ano 2000, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)⁸, se movimenta com a contribuição de outros grupos da sociedade, na tentativa de implantar o serviço social na educação a rede pública de ensino. A intenção é que, todos os municípios possam aderir a essa ideia, que as escolas possam ter em seu quadro de profissionais, alguém capacitado para auxiliar a enfrentar os desafios postos aos funcionários e educadores das escolas.

⁷ Isso provavelmente se deve ao fato de que a lei Orgânica do Assistente Social regulamentada em 07/12/1993, traz em seu corpo as possibilidades de atendimento que o profissional de serviço social estará capacitado, fazendo ele parte integrante da equipe multiprofissional para atender cada caso.

⁸ Conselho Federal de Serviço Social – GT de Educação: Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação, Brasília, junho de 2011.

Foi conquistada no ano de 2013 a aprovação do Projeto de Lei Federal 3.688 de 2000 conhecido como PL Educação), aprovado por unanimidade na comissão⁹, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica.

O assistente social atualmente, tem ocupado espaços profissionais de forma gradativa na educação, a partir de uma perspectiva de compreensão das expressões da questão social, tentando romper com a visão de mandataria da sociedade capitalista no ato de “ajustar” o aluno a realidade social. Neste contexto, percebe-se o crescente interesse pelo profissional de serviço social nesta área, e tem sido reconhecido como importante no processo de execução da política educacional. A perspectiva é desvelar a produção e reprodução de desigualdades, visando à autonomia, à participação e emancipação dos indivíduos das classes oprimidas e dominadas.

O Serviço Social é uma profissão que vem se construindo em diversos campos, pois cabe em todos os lugares onde exista violação dos direitos sociais. Seu projeto ético-político¹⁰, construído nas décadas de 1970 e 1980, pautado na Lei 8662/93¹¹, possibilita uma ação transformadora, visando a justiça, a democracia e a garantia de direitos universais.

Conforme ressalta Piana (2009, p.186):

Nesse sentido pensar a dimensão pedagógica e educativa do Serviço Social, é remeter-se a um trabalho desenvolvido pelos profissionais na perspectiva de desmistificar e desvelar a realidade produtora e reprodutora de desigualdades, visando à autonomia, à participação e à emancipação dos indivíduos sociais. Traçar um perfil profissional educativo, representa à profissão a construção de meios para a superação da condição de opressão e de dominação das classes oprimidas e dominadas.

A Constituição Federal de 1988, situa a educação como um direito social garantido pelo Estado e toda sociedade, mas o que acontece de fato, é que, sua qualidade e efetivação perpassa pela contradição dos valores de uma

⁹ Para maiores informações sobre a lei aprovada, acessar o endereço: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/990>.

¹⁰ Sugiro para aprofundamento do tema a leitura do projeto ético-político disponível no endereço: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf.

¹¹ A leitura aprofundada sobre a lei 8662/93, está disponível no endereço: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm.

sociedade capitalista orientada pelo mercado. Em seu artigo, PIANA apud ALMEIDA (2000, p. 158) reafirma esta contradição, visto que “a não-universalização do acesso da população à educação escolarizada, (...) que não consegue incorporar a participação das massas nos ciclos de alternância do poder(...)”, compromete o direito social de acesso com qualidade, à população de forma geral, na educação.

Com tantas transformações, o assistente social vem passando por um processo de reconhecimento da profissão, assessorando na elaboração da política educacional. É neste contexto de contradição e transformação, que o assistente social se projeta como participante da equipe multiprofissional da política de educação, contribuindo com a intervenção e assessoramento de suas demandas.

2.2 O Espaço Sócio Ocupacional do Assistente Social na Educação: Alguns Desafios

Este novo espaço sócio ocupacional, vem nos desafiando a estudá-lo e a encontrar todos os seus desdobramentos. A cada aproximação com o tema, nota-se a necessidade de termos estes profissionais inseridos na educação, pois, é um espaço repleto por expressões da questão social, que necessitam de um profissional com formação específica para enfrentar estes acontecimentos, assim como, uma equipe multiprofissional, para que cada um possa dar sua contribuição, na tentativa de encontrarmos em conjunto, os possíveis encaminhamentos e soluções para as demandas nesta realidade.

Percebe-se a sobrecarga nos profissionais de pedagogia e de seus afazeres dentro das escolas. Os assistentes sociais trabalhando junto aos pedagogos e coordenadores das escolas, formariam uma rede de trabalho, onde cada profissional possa contribuir com seu saber.

Na Constituição Federal (1988) vemos que:

A educação, organizada como forma de política pública, se constituiu a partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, a ser alcançados a partir das lutas sociais, da ação dos movimentos sociais, em sua ligação com outras políticas públicas. São direitos sociais a educação, a saúde, o

trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Neste contexto, reafirma a importância do trabalho multiprofissional no espaço escolar, articulado com as outras políticas sociais.

Podemos notar na história da educação, que a mesma foi instituída para “educar” os trabalhadores daquele período, e que, depois de muita luta da classe trabalhadora em defesa de seus direitos, a educação foi sendo reconstruída como direito social. Assim dando a todos os cidadãos, o direito ao acesso do conhecimento, podendo romper com a visão de que só a Classe “A” teria o direito a este conhecimento. É uma grande conquista garantir um direito social para cidadãos que não tinham até então, o acesso ao ensino público. O direito e a liberdade de ensino com qualidade, como meio de crescimento pessoal e de cidadania, pois o Estado tem a plena responsabilidade de garantir a educação para todos.

A nova Lei de Diretrizes e Bases¹², além de reafirmar o direito à educação, também estabeleceu diretrizes e bases, tendo características básicas de flexibilidade, abertura e inovações importantes para a educação nacional para todos. A aprovação e a regulamentação da LDB, trouxeram alterações significativas para o ensino brasileiro, pois ampliou a educação, ajustando-a as necessidades sociais, ou seja, o desenvolvimento de habilidades e competências para a inserção do cidadão no mercado de trabalho. Trazendo assim, avanços nesta área, e, promovendo a inclusão das crianças e adolescentes que, estavam excluídas do acesso ao ensino público.

Atualmente, nota-se reflexos da concepção de educação anterior a constituição federal, visto que, quando fazemos o levantamento de evasão escolar, o maior número de alunos evadidos ainda são das classes baixas e medias. Pois é onde a educação, ainda não é vista como essencial, ou como um direito social, e sim como um dever, imposto pela sociedade capitalista.

¹² Para maiores informações sobre a Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, acessar http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

Neste sentido, percebe-se, um distanciamento na prática da concepção de educação, conforme a Constituição Federal (1988, capítulo III, seção I) que estabelece:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na atualidade, a escola não pode ser considerada apenas como um espaço neutro, ou apenas focada na aprendizagem dos currículos, pois, hoje ela se configura como um espaço de convivência social, um lugar essencial para a formação da cidadania das crianças. A escola, não pode ficar somente no ensinar e aprender, pois é ela que irá conduzir o conhecimento das crianças, para viver em sociedade.

Segundo Mello (2005, p. 175):

Esse pequeno sistema social que chamamos escola, apesar das normativas homogêneas dos sistemas de ensino e de uma aparência uniforme aos olhos mais desavisados, desenvolve seu próprio conjunto de normas e valores e, principalmente, sua própria cultura. Não se trata de tomar as escolas como instituições isoladas do contexto social. Muito ao contrário, os valores da sociedade constituem a matriz da cultura escolar.

Estudar a escola hoje, bem como o serviço social inserido nela, passou a ser algo muito complexo, porque este espaço é norteado por expressões da questão social, envolvendo inúmeros sujeitos da comunidade escolar. Na escola existem diferentes interações: entre aluno, professor, pais e outros profissionais ali presentes, onde cada um traz consigo sua história de vida, suas expectativas e frustrações, seus valores e suas dificuldades. Por conta desta diversidade de integrantes, de pensamentos e vivências, a escola passa a ter várias demandas, principalmente pela vulnerabilidade dos territórios escolares na qual esta comunidade está inserida.

É neste espaço escolar, que se vivenciam relações familiares com vulnerabilidade econômica, cultural e sociais, dentro de um contexto das expressões da questão social, tais como: abandono de vulneráveis, desemprego, trabalho infantil, fome, violência, dependência química e outras formas de discriminações sociais, que passam a fazer parte do cotidiano de

toda comunidade escolar. E com esta realidade, pode-se notar que o papel da escola, ultrapassa uma concepção pedagógica escolarizada sem nenhum viés da dimensão do território escolar (social, econômico, cultura). Sendo assim, trazendo um outro contexto de uma concepção pedagógica, ocupada pelo desenvolvimento da comunidade escolar. Na perspectiva mais ampla de cidadania, que emergem trabalhos multiprofissionais para romper a história da exclusão de seus sujeitos.

Neste sentido Teberoskiy apud MORITA, (1991, p. 77), afirma que “a desigualdade social não repercute apenas nas condições de vida, mas se manifesta também na distribuição desigual de oportunidades educacionais”.

Assim, é necessário que os profissionais inseridos na comunidade escolar, saibam trabalhar essas expressões da questão social que permeiam o cotidiano educacional, uma vez que não podemos mais negar as particularidades dos alunos e de suas famílias, tão pouco os aspectos culturais que cada aluno traz consigo.

Na sociedade capitalista contemporânea, as expressões da questão social assumiram uma dimensão tão grande, que não podemos mais deixar com que esses assuntos passem despercebidos e escondidos, como algo desnecessário de ser trabalhado nas escolas. Por tudo isso, as instituições educacionais necessitam estar atentas a sua realidade concreta.

É neste sentido, que reafirmamos que a LDB possibilita estabelecer compromissos sociais a partir de uma agenda, dialogando com as três instâncias federativas, para a inserção do serviço social ao quadro de profissionais que compõe a educação, para responder as demandas do território escolar.

A escola atualmente, enfrenta dificuldades diante da complexidade frente as expressões das questões sociais, pois os profissionais ali inseridos, não dão conta deste enfrentamento, dado ao acúmulo de atribuições remetida aos professores, e também, a ausência de uma formação específica para a intervenção social. A necessidade de saberes específicos para tratar estes temas, que estão a cada dia mais presentes no cotidiano escolar, fizeram com que o serviço social e sua qualificação técnica, comesçassem a compor o quadro de profissionais da educação.

O assistente social inserido neste espaço, irá trabalhar com as contradições e dificuldades individuais e coletivas dos sujeitos inseridos na comunidade escolas, enfrentando as dificuldades trazidas pela instituição escola, sua comunidade e as demandas de seus protagonistas.

Neste sentido, faz-se necessária, uma compreensão das teorias que contribuem para a compreensão da dinâmica social e suas diferentes leituras do sistema educacional, possibilitando o entendimento do contexto no qual a escola está inserida, o que norteará a intervenção do assistente social.

O assistente social inserido neste novo espaço, deve estar comprometido com a liberdade e justiça social, criando uma metodologia de trabalho, que garanta a efetivação do direito e da justiça social, aos usuários da política da educação. Neste sentido as suas competências e seus instrumentais podem nortear algumas atividades, tais como:

- trabalho preventivo, por meio de encontros, sobre o fortalecimento da relação escola-família, através de encontros temáticos;
- Realização de encaminhamentos institucionais, com o intuito de enfrentar as situações de risco e vulnerabilidade social;
- Acompanhamento das condicionalidades dos programas sociais como a frequência escolar (Programa Bolsa Família);
- Promover articulação entre as políticas sociais, com vistas a desenvolver ações institucionais que colaborem para a inclusão social;
- Constituir uma rede de referência e contra referência, com os órgãos de garantia de direitos, tais como conselhos de direitos, conselhos tutelares e Ministério Público;
- Realizar um trabalho em conjunto com os/as professores/as, a fim de estabelecer reflexões e proposições sobre a educação, no seu território e na contemporaneidade;

Assim emerge vários desafios para o assistente social. Neste contexto Almeida (2000, p.2), afirma que:

A prática do assistente social na escola significa: pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação as estratégias de luta pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.

O Assistente Social pode ser auxiliado, a partir do reconhecimento da importância do sujeito, nas inúmeras mudanças sociais. Assim, em meio às mudanças sociais que vêm ocorrendo, o Serviço Social também contribui com seu saber para impulsionar uma reflexão política aos segmentos populacionais. A fim de que também possam reconhecer seus direitos e deveres, para exercerem sua cidadania. É neste mesmo espaço ocupacional, inserido de contradições e desafios, que podemos vislumbrar uma atuação com os sujeitos da comunidade escolar, numa perspectiva de cidadania e justiça social.

De acordo com Bressam (2001, p.13):

A contribuição, do Serviço Social poderá ser significativa, pois seu trabalho se caracteriza em articular estas diferentes formas de organização e ter sempre uma leitura/diagnóstico do contexto social, levantando suas dificuldades ou necessidades. O Serviço Social poderá trazer para o espaço interno da escola elementos da comunidade em que está inserida.

Assim, o assistente social, elabora e executa programas de orientação sócio familiar. Visando prevenir a evasão escolar, e melhorar o desempenho e rendimento do aluno, em sua formação, para o exercício da cidadania. Articulando seus saberes com os saberes da equipe multiprofissional, como também com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, buscando o efetivo encaminhamento de pais e alunos, para atendimento de suas necessidades.

É de extrema importância, para o profissional de Serviço Social, realizar visitas domiciliares, para que ele possa, ampliar seus conhecimentos, acerca do território e da comunidade da qual a escola está inserida. Necessário também se atentar a realidade sócio familiar do aluno, podendo assim melhor atendê-lo e encaminhá-lo a rede de serviços adequada.

Um outra proposição do serviço social, está voltado na elaboração e desenvolvimento de programas específicos, na comunidade escolar, para a efetivação e inclusão da educação especial em sua cultura, dialogando com o projeto político-pedagógico e com o cotidiano da realidade do território escolar.

Assim, podemos buscar subsídios nos estudos e debates promovidos pelo CFESS (2011, p. 25), que aponta algumas atribuições e atividades profissionais, tais como:

- Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto contagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimentos de suas necessidades;
- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existem classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes do Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, não especificadas acima.

Como já havia dito anteriormente, o serviço social na educação, demanda a cada dia, novos estudos e olhares. Pensando nisso, o conjunto do Conselho Federal de Serviço Social, montou um documento de subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação, trazendo inúmeras informações e discussões acerca do tema.

O CFESS (2011, p.58) traz em seu documento, alguns debates contemporâneos, que são eles:

- Divulgar e debater com os/as assistentes sociais e demais trabalhadores e trabalhadoras da área da educação o conjunto dos documentos construídos pelo GT Nacional Serviço Social na Educação, por meio de reuniões das comissões, GTs, núcleos, câmaras temáticas audiências públicas, dentre outros;
- Ampliar a participação da categoria de assistentes sociais nos fóruns de controle social da Política de Educação, como os conselhos de educação, as conferências municipais, estaduais e federal de educação, bem como a articulação em espaços de organização política dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, como os sindicatos, movimentos sociais, dentre outros;
- Construir fóruns de discussão e realizar debates por meio de oficinas, encontros, seminários locais e regionais, dentre outros, aprofundando as reflexões sobre as possibilidades e limites da atuação do/a assistente social nessa política;
- Discutir as particularidades e as diferentes compreensões sobre a atuação dos/as assistentes sociais que se inserem no âmbito da

educação superior, para que se reconheçam como assistentes sociais (conforme a Lei 8662/93) e como profissionais da Política de Educação;

- Problematizar junto à categoria sobre as particularidades das suas formas de inserção nos estabelecimentos públicos e privados que executam a política educacional, visando a assegurar as condições éticas e técnicas do trabalho profissional;

Como outras tantas discussões e debates contemporâneos, que estão sendo demandados pelos profissionais, este documento, vem na perspectiva de auxiliar o profissional inserido neste espaço, para uma melhor atuação junto as demandas. Assim, como para o fortalecimento da inserção profissional nesta área de atuação.

Neste sentido, a experiência vivenciada no período de estágio obrigatório em serviço social, nas escolas municipais de Matinhos –PR, trouxe subsídios já apontados pelos documentos do CFESS. Vimos a necessidade, de um fortalecimento de participação da categoria do serviço social, nos espaços para a elaboração, e, a efetivação de lei, que insere o serviço social, neste campo sócio ocupacional, no município de Matinhos. Sabemos que o código de ética, e o LOAS, lei que regulamenta a profissão já estabelece competências e habilidades de forma generalista. Além disso também traz a especificidade, de qualquer atuação do serviço social, seja em qualquer campo, mesmo na política de educação. Deste modo, destaco a importância de um fórum de debate e, estudo da categoria profissional de serviço social, seja no município de Matinhos ou na região do litoral do Paraná, para fortalecimento das práticas, já existentes, na educação e também na sua ampliação.

Assim como, fortalecer os debates acerca da inserção profissional, nesta política também, com a categoria que está aos poucos se atentando, a este espaço de trabalho, que demanda inúmeras intervenções profissionais. Desenvolver o debate nas academias e demais órgãos competentes, para que possamos melhorar e modificar o cenário atual, podendo atender uma demanda ainda em fragilidade.

CAPITULO III: O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR

As múltiplas contradições que marcam espaços sócio ocupacionais das escolas, impõem ao assistente social sua inserção qualificada, sua legitimidade, o repensar a escola pública e a construção de projetos de intervenção que avancem na realização de atendimentos individuais aos educandos e suas famílias, mas que busquem a construção e articulação cotidiana com a comunidade escolar sob a lógica de construção e manutenção dos espaços coletivos que permitam questionar e desvelar a aparência dos fenômenos. (HELFREICH, 2012, p. 27)

Neste capítulo será discorrido o Serviço Social na educação do município de Matinhos –PR, trazendo alguns dados sobre esta política no município como também, a composição do quadro de profissionais na secretaria municipal de Educação, suas atribuições e deveres para com a sociedade.

Será apontado algumas reflexões acerca da militância política e a posição que os profissionais de Serviço Social manifestam sobre este assunto.

Na continuidade será abordado o fazer profissional da Assistente Social inserida na área da Educação do Município de Matinhos desde 2013.

Para finalizar será apresentado a experiência do estágio curricular obrigatório na secretaria de educação no município de Matinhos. Minhas observações, críticas e participação na concretização deste trabalho.

3.1 A Secretaria de Educação No Município De Matinhos - PR

Na busca por informações sobre a política de educação no município de Matinhos, constatei que o mesmo não tem qualquer documento sobre o tema, busquei informações em vários espaços da cidade como a biblioteca pública, casa da cultura, secretaria de educação, escolas municipais, mas não foi possível fazer tal levantamento.

Como não é o objetivo deste trabalho e seria apenas para complementá-lo, fica então uma abertura para que os espaços competentes do município possam fazer este levantamento, pois é de suma importância para o município de Matinhos –PR, dados que possam teorizar o que é dito sobre a educação,

além de nos dar subsídios para o entendimento de algumas lacunas existentes sobre o tema.

Obtive com minhas pesquisas algumas informações apenas da secretaria de educação de Matinhos e em seguida irei relatar o encontrado.

O objetivo principal da Secretaria Municipal de Educação no Município de Matinhos é desenvolver, implementar e zelar pela qualidade da educação no município, sob a égide da lei maior da educação brasileira, a Lei nº 9.394¹³ de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Com a missão de promover um processo educacional que garanta o acesso e a permanência dos estudantes em sala de aula. Os profissionais da Educação trabalham para garantir o acesso de toda população de Matinhos à vida escolar, sejam crianças, jovens ou adultos, além de propiciar condições para o desenvolvimento integral do processo de ensino – aprendizagem.

Tendo como missão, apoiar a elaboração da política educacional do município de Matinhos, coordenar sua implantação e avaliar os resultados, com vistas a assegurar a excelência na Educação para o Ensino Fundamental e a Educação Infantil, de maneira a contribuir para formar indivíduos autônomos e habilitados a se desenvolver profissionalmente e como cidadãos.

As ações que norteiam os trabalhos da Secretaria Municipal de Educação estão voltadas para o estímulo dos docentes e discentes, aperfeiçoamento dos professores e orientação de todo o fazer pedagógico. São desenvolvidos diversos projetos com objetivo de permitir que toda população tenha acesso a uma educação de qualidade.

A Secretaria Municipal de Educação de Matinhos estabelece metas para os níveis e modalidades de ensino assumidas pela esfera municipal em consenso com a Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172/2001¹⁴ asseguradas nos seguintes objetivos:

- A melhoria da qualidade do ensino nos níveis de competência do âmbito municipal;

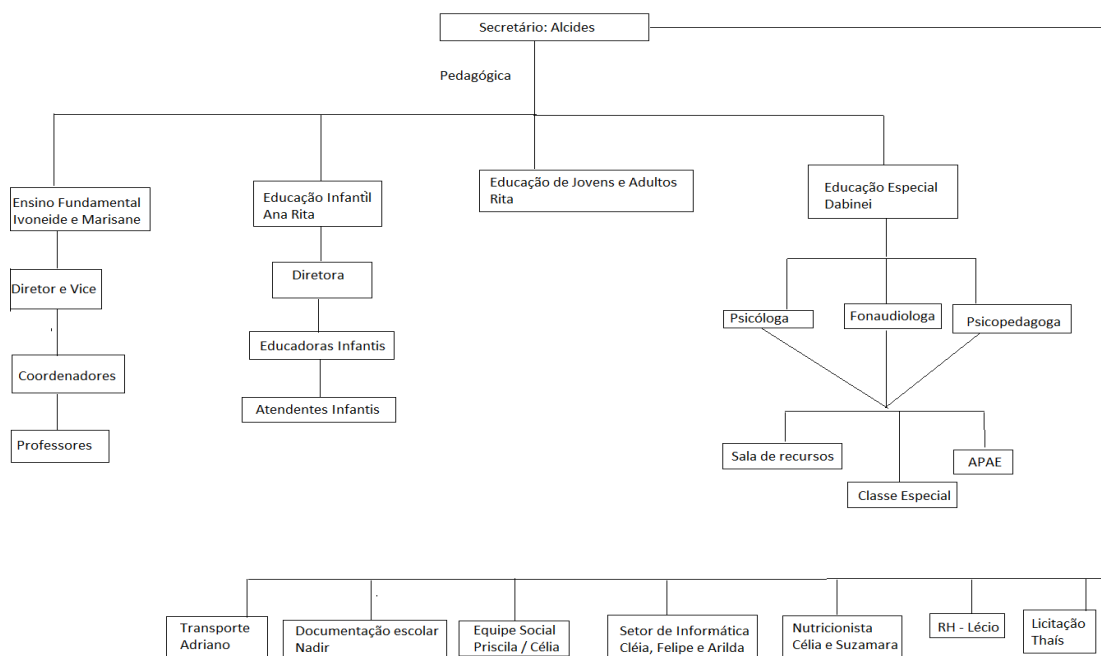
¹³ Para maiores informações sobre a Lei nº 9.394 que Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, acesse o link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

¹⁴ Para a leitura completa da Lei nº 10.172/2001 que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, acesse o site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm.

- A redução das desigualdades sócio educacionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;
- Democratização da gestão obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;
- Formação e valorização dos profissionais da educação;
- Elevar o índice de aproveitamento escolar dos alunos do ensino fundamental, de forma a atingir os níveis satisfatórios de desempenho definidos nas matrizes de referências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Prova Brasil;
- Inovação e ações flexíveis, criativas e empreendedoras;
- Equidade, acesso, permanência e sucesso no processo educacional;
- Democratização, gestão participativa e transparente promovendo igualdade de oportunidade.

A Secretaria conta com um quadro de profissionais que atuam para que todos os objetivos e metas sejam cumpridos.

O responsável pelo andamento de todos os objetivos postos a Secretaria Municipal de Educação de Matinhos no ano de 2015 é o Secretário Alcides Benato e cada área pedagógica tem seu sub-responsável. As áreas de transporte, documentação escolar, equipe social, informática, nutricionista, RH e licitações respondem diretamente ao Secretário conforme, organograma abaixo.



Fonte: Quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação de Matinhos no ano de 2014.

3.2 Serviço Social e a Militância Política

Para Boschetti (2008, p. 87)

O termo política, possui dois significados: o primeiro possui uma relação mais clássica, vinculada com eleições, voto, parlamento, partido, governo; o segundo sentido se refere às ações do estado frente às demandas e necessidades sociais da população.

Quando houve a ruptura do serviço social com o conservadorismo, um pouco desse modo conservador ainda sobreviveu, à determinação de neutralizar o profissional, usando forças político partidárias. Na tentativa de manter boas relações sociais e vínculos, além de evitar tensões, muitos profissionais acabam se deixando envolver em militâncias político partidárias.

Para Teixeira (1991, p. 47), existem formas diferentes de ver a política praticada no trabalho do assistente social, é a política partidária, onde o profissional torna-se militante:

(...) mantem unidade e diversidade. Unidade de conteúdo, diversidade de forma. Ambas tem a perspectiva de classe; Ambas tem uma batalha cultural a ser travada e vencida, a prática partidária contudo, se desenvolve em um terreno de maior homogeneidade, do ponto de vista de classes e do poder. A prática profissional se efetiva num espaço extremamente heterogêneo. A relação com os grupos subalternos, no partido, é mediada por programas mais autônomos e independentes. Na profissão, por programas exteriores à perspectiva partidária (...)

A união de forças em uma sociedade é necessária, o profissional do serviço social, nesse período, precisa posicionar-se fortemente, além de estar muito bem organizado. A união de forças entre entidades, sindicatos, associações, é benéfica, e o profissional pode fazer essa aproximação que poderia trazer ganhos a todos. Estando estes grupos realmente empenhados pelo bem comum, e fazendo uma real prestação de serviços à comunidade, sem que haja a formação de militâncias políticas.

Oliveira (1988, p.89) ressalta que:

O Serviço Social, enquanto profissão, não pode ter uma ação político-partidária (não me refiro ao assistente social enquanto pessoa). Sua mediação profissional deve estar articulada às reivindicações imediatas da população, às quais levam a um projeto imediato, à conscientização, que por sua vez, levam à transformação das condições reais de vida.

Sabemos que governo, é o sujeito que está no poder, e que, essa potência, está muito além daquilo que o senso comum consegue ver, enquanto o trabalho do assistente social é limitado, porém, atua diretamente no centro dos conflitos das classes.

Mota (1987, p.158) discorre que: “Todavia, isso não significa que a profissão crie projetos sociais próprios, nem tampouco que possa definir tarefas políticas, independente do lugar que ocupa na divisão social e técnica do trabalho, na prática concreta das classes.”

3.3 O Trabalho da Assistente Social na Secretaria de Educação do Município De Matinhos-PR

A assistente social inserida na secretaria municipal de educação do município de Matinhos, estabelece junto as escolas municipais, um espaço de escuta e acolhimento dos impasses e dificuldades vivenciadas pelos alunos, funcionários e comunidade escolar, estes se apresentam a partir das relações sociais e educacionais nas adversas expressões, como por exemplo o uso abusivo de drogas, a faltas e desistências, assim como situações de risco e vulnerabilidade social na qual as crianças se encontram.

O objetivo da profissional de serviço social ali inserida, é contribuir para a garantia da educação enquanto direito social, já preconizado na Constituição Federal de 1988, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na tentativa de efetivar e garantir este direito, são realizadas ações que promovam o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos das escolas da rede municipal da cidade de Matinhos, contribuindo na construção de uma educação pública de qualidade, que vise a preparação para o exercício pleno da cidadania, atuando nos diversos fatores sociais e psicológicos presentes no processo de ensino-aprendizagem.

A Assistente Social, na iniciativa de garantir a concreta realização deste direito, volta-se para a promoção da inclusão social das famílias dos alunos matriculados na rede educacional, focalizando, sobretudo, a problemática da evasão escolar. Defrontando-se com os conflitos resultantes da complexa dinâmica da sociedade atual, implica ver o Serviço Social, bem como outras profissões, habilitado para enfrentar o desafio de efetivar a garantia dos direitos sociais. Assim sendo, a ação profissional desta assistente social, é colaborar junto aos professores e demais educadores à pensar a escola como um espaço privilegiado de acolhimento e incentivo as reflexões e ações sobre os conflitos presentes na comunidade escolar.

O trabalho desta profissional se sucede no atendimento das oito escolas municipais, porém, outro público que tem como possibilidade de atendimento são os nove CMEI'S e o programa Saberes do município de Matinhos PR.

São alunos entre 2 a 14 anos que estão em situação de infrequência e evasão escolar, além dos que apresentam suspeita de maus tratos, vulnerabilidade social, abuso e exploração sexual, trabalho infantil, entre outras expressões da questão social.

O trabalho da Assistente Social também tem como recurso a busca ativa das famílias, através de visitas domiciliares, que são realizadas quando necessitam de acompanhamento e de uma intervenção.

Em um primeiro momento, tenta-se entrar em contato com a família e solicitar a vinda dos responsáveis à escola, no caso de filhos em situação de infrequência escolar.

Não é realizado seleção para atendimento, ele se efetua através da demanda que os diretores ou coordenadores das escolas encaminham através de uma ficha, nesta ficha que eles preenchem colocando-se todas as informações sobre o aluno e o responsável, juntamente com o seu endereço e ações já realizadas pela instituição na tentativa de reaproximar este aluno.

Quando a assistente social recebe a demanda das escolas ou através de denúncias da comunidade, e o caso ainda não tenha sido atendido pela equipe multiprofissional da educação, é feito o cadastro da criança e de sua família, para que possa ficar arquivada a existência de um atendimento já realizado a esta família. Quando o atendimento se efetua, pelas faltas excessivas ou pela desistência do aluno no âmbito escolar, é feita uma visita domiciliar para orientar os responsáveis sobre a obrigatoriedade da presença e permanência da criança na escola.

O caso de alunos e famílias que já foram atendidas inúmeras vezes mas continuam em infrequência escolar, o mesmo é encaminhado ao conselho tutelar (unidade de atendimento que compõe a rede de proteção à criança e ao adolescente), que tomará as devidas providências.

Quando o caso atendido demanda cuidados pelo risco da integridade física e psicológica como por exemplo, suspeita de abuso sexual, é necessário realizar uma conversa com a criança, seus familiares e professores na tentativa de identificar a veracidade da denúncia, para que se possa encaminhar as unidades pertencentes a rede que compete, normalmente o caso é encaminhado ao conselho tutelar e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social, para que se possa dar o encaminhamento do caso junto ao ministério público.

Nas visitas domiciliares realizadas, notando-se a necessidade de programas de auxílio, é feita a orientação para que a família procure o centro de cidadania e faça seu cadastro para o recebimento.

A cada quinze dias é realizada uma reunião entre todas as pessoas que trabalham na secretaria municipal de educação, para que todos possam falar sobre seu trabalho, encaminhamentos e esclarecer dúvidas, também nesta reunião são discutidos os trabalhos em redes realizados internamente.

São realizados pela assistente social, junto a outros profissionais, dois programas: o Programa saúde na escola; com o Projeto de escovação supervisionada; o Projeto contra drogas e o Projeto de alimentação saudável, que são projetos realizados pela saúde em parceria com alunos da UFPR Litoral e a Equipe Social da Secretaria Municipal de Educação, onde são realizadas palestras nas escolas municipais e CMEI'S, com o intuito de promover a conscientização sobre o uso de drogas, a alimentação saudável e higiene bucal;

O trabalho da assistente social tem como ferramenta o Programa de combate à evasão escolas – FICA (ficha comunicativa do aluno ausente), que é uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação, representantes municipais, conselhos tutelares, Ministério Público, pais, alunos e comunidade para combater a evasão escolar de alunos menores de 18 anos. Um dos instrumentos do programa é a Ficha de Comunicação do Aluno Ausente (FICA), utilizada para controlar a frequência dos alunos. Quando o professor constata a ausência do aluno, por cinco dias consecutivos ou sete dias alternados, no período de um mês, encaminha o caso a coordenadora pedagógica de sua escola, a coordenadora irá entrar em contato com os responsáveis pela criança para identifica o motivo de tantas faltas, se depois da orientação da coordenadora ao responsável a criança continuar faltando, é necessário que a mesma encaminhe o caso para a assistente social da Secretaria Municipal de Educação para que ela possa tomar as devidas providências e preencher a ficha FICA do aluno;

É realizado pela assistente social, também o mapeamento das escolas, um estudo dirigido a tal assunto, palestras e dinâmicas com as crianças para a conscientização e conhecimento dos assuntos por ela atendidos.

A tabela abaixo irá mostra ao leitor um representativo com o quantitativo de alunos, a escola onde estes alunos estudam, e o motivo pelo qual ele foi atendido pela Assistente Social da secretaria de educação de Matinhos, os

dados são de Março à Julho de 2013, ano em que realizei meu estágio curricular obrigatório em serviço social.

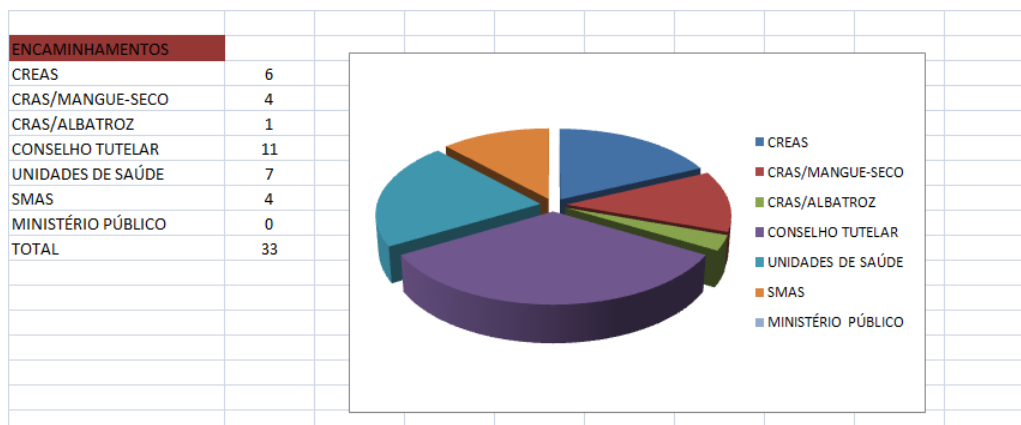
Quadro 1- Número de Atendimentos Sociais de Março e Julho de 2013:

Número de Atendimentos sociais de Março a Julho de 2013;												
Estabelecimento Atendido	Abuso Sexual	Faltas excessivas /Escola	Faltas em atendimentos	Higiene	Saúde/ Psico.Fono .Ubs	Atendimento a aluno hospitalizado	Maus Tratos/Violência	Trabalho Infantil	demanda de Contrato escolar	transferência/busca por vagas*	Problemas com Drogas	
Escola Caetana de Paranhos		6										
Escola Elias Abrahão		9										
Escola Francisco dos Santos	3	20	2		2	1		1	3	4	1	
Escola Leocádia	1	2			2							
Escola Luiz Carlos		9	1	5	1				1	1		
Escola Monteiro Lobato		5		4								
Escola Oito de maio		1			1						1	
Escola Wallace Thadeu		3		1								
CMEIs					1							
SUB-TOTAL	4	55	3	10	7	1	0	1	4	5	2	
* lista de espera/ 3 vagas para oito de maio e 2 vagas wallace.												
TOTAL DE ATENDIMENTOS							92					

Vale ressaltar que os atendimentos mostrados na imagem acima, foram realizados nos meses em que a assistente social entrou no Secretaria Municipal de Educação, instituiu o serviço social na educação no Município de Matinhos, ou seja, neste momento as escolas ainda estavam reconhecendo o profissional de serviço social, acabavam por não passar todos os casos que demandavam atendimento pela insegurança que ainda tinham, os dados do ano de 2014 são ainda mais alarmantes e preocupantes.

No gráfico a seguir, é possível visualizar os encaminhamentos dados aos casos atendidos ou aos casos em que precisavam de algum atendimento específico por outro profissional.

Gráfico 1: Encaminhamentos do atendimento pelo Assistente Social, de Março a Julho de 2013:



O trabalho da assistente social na educação em Matinhos enfrenta a cada dia novos desafios. Sendo este um espaço novo de atuação no município é normal que aja o estranhamento por parte de outros setores e profissionais, mas ela ganha a cada dia espaço e confiança para exercer suas competências com êxito.

Não podemos deixar de dizer que existem muitos impasses a serem enfrentados, serviços precários, burocracia que impede o exercício de muitas funções, uma rede que não funciona, dentre muitos desafios que precisam ser melhorados, mas, acreditamos que o melhor está sendo feito, ter uma profissional efetiva para a educação é um ganho para toda comunidade de Matinhos, são inúmeras as expressões da questão social atendidas todos os dias e muitas delas solucionadas. Será necessário que a assistente social ali inserida tenha paciência e competência para ganhar cada vez mais seu lugar e poder colocar em práticas todas as suas competências.

3.4 Estágio Curricular Obrigatório na Secretaria Municipal de Educação no Município de Matinhos - PR

Nos primeiros meses de estágio, fiquei observando o trabalho realizado pela assistente social e as demandas. Comecei então a pensar no meu projeto de intervenção onde eu teria que realizar neste espaço de trabalho, notei que a demanda maior no município para a intervenção desta profissional era a evasão escolar, indo em busca deste tema, notei que não havia qualquer

estudo realizado sobre este tema no município, mesmo com tamanha gravidade do assunto e de atendimentos a serem realizados, afinal, são os primeiros anos de estudo obrigatório de uma criança, como não falar dessas inúmeras crianças que somem da escola e nunca mais voltam, como não pensar em projetos e intervenções voltadas a elas? A final temos que garantir a educação enquanto direito social preconizado na Constituição Federal em 1988, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Além do meu projeto de intervenção, participei ativamente no trabalho da mesma e todas suas demandas.

No começo do meu estágio, a assistente social construiu um projeto a pedido das escolas por conta das demandas sobre o tema e eu a ajudei a materializa-lo, o projeto era de “contação de histórias”, que se efetivava nas escolas municipais e CMEI’S do município de Matinhos, que tinham o intuito de levar até as crianças alguns valores que a escola havia notado a necessidade de reforçar. O projeto teve várias etapas, primeiro escolhemos o tema que iríamos abordar, toda escolha necessitava de um estudo, precisávamos primeiramente saber qual a demanda dos alunos, quais eram os valores que precisávamos resgatar, depois da escolha do tema, escolhíamos as histórias, cada uma apropriadas a idade a ser contada, depois de escolhida a história preparávamos os materiais, montávamos uma caixa ilustrativa, onde dela saiam os objetos que contariam a história, deixando as crianças ainda mais atentas, além da caixa, levávamos músicas para tocar durante todo o percurso, íamos sempre fantasiadas para prender ainda mais a atenção das crianças, depois da contação sempre cantávamos músicas, dançávamos, pinávamos desenhos relacionados com a história e pinávamos o rosto das crianças para maior interte-los.

O projeto foi de muito aprendizado, pois, conseguíamos ver na essência o que acontecia e qual a realidade vivida pelas crianças, pois como estávamos vestidas com personagens os pequenos se sentiam mais à vontade e contavam coisas que não chegavam até a assistente social, além do objetivo do projeto, que era realçar os valores, ainda conseguíamos informações importantes para o trabalho da assistente social.

O projeto está neste momento parado pois a assistente social está grávida e sem condições de continua-lo neste momento, mas tenho a certeza

de que o mesmo necessita de continuidade pois foi de suma importância para o trabalho de intervenção.

Também estive presente no projeto de escovação supervisionada, onde uma dentista fazia uma breve palestra e examinava a boca de cada aluno, para então encaminhar os casos necessários para um tratamento dentário, depois deste procedimento fazíamos a escovação supervisionada, onde eram dados “kits” com escova de dente, pasta e um sabonete e supervisionávamos com orientações as crianças para que as mesmas aprendessem sozinhas a higienizar sua boca.

Além dos projetos que participei fiz também o acompanhamento de todo o trabalho da mesma, incluindo atendimento junto as famílias, visitas domiciliares, encaminhamentos entre outros que surgiram durante o dia a dia junto a profissional, eu e minha orientadora de campo, fizemos em novembro do ano de 2013, um levantamento de todos os casos que já haviam sido atendidos pela equipe desde a implantação da assistente social no município, com este levantamento tivemos um parâmetro de quantos casos foram atendidos e o que aconteceu em cada caso.

No meu dia a dia com ela, pude ver os impasses que a mesma tem para realizar seus atendimentos, pois o trabalho em rede no município é muito complicado e a muita negligência, o atendimento pela educação é realizado, mas, quando o caso é encaminhado para outros setores, muitos deles simplesmente estacionam, além de não recebermos um retorno.

Notei também, haver dificuldade para a efetivação do trabalho da mesma, pois o transporte para as visitas domiciliares não é específico para o trabalho delas, o transporte é cedido pela secretaria de educação apenas nas sextas feiras e só na parte da manhã, então muitos casos ficam sem a visita domiciliar, pois, a demanda é muito grande e não dá tempo de realizar todas as visitas previstas, creio que se houvesse um carro disponível a ela, o trabalho da mesma poderia ser melhor executado.

Depois da experiência no estágio curricular obrigatório, consegui notar a necessidade que o município tem dentro do seu quadro de funcionários da educação um profissional de serviço social, em quanto estive no estágio, ou seja, no período de Julho de 2013 á Julho de 2014, atendemos 296 casos, onde, 183 foram resolvidos pela própria equipe do atendimento social e 113

foram encaminhados para outras instituições que compõe a rede de proteção da criança e do adolescente do município de Matinhos PR.

Temos que nos atentar a este espaço de trabalho, pois antes de termos este profissional no atendimento a estas demandas os profissionais das escolas municipais ficavam atarefados com o número da demanda, e não conseguiam resolver todos e até mesmo comprometendo seu trabalho pedagógico dentro da escola.

3.5 A Evasão Escolar e sua Relevância no Município de Matinhos

Nas leituras e pesquisas sobre o tema, pude perceber que a evasão escolar, problema sempre frequente na história da educação escolar brasileira, toma-se a cada ano proporções inaceitáveis em pleno século XXI, eu escolhi fazer este trabalho não somente pela falta de informações sobre o mesmo no município, mas também pela gravidade do assunto e pelo número de atendimentos realizados todos os dias por falta, desinteresse e evasão escolar.

A evasão escolar em Matinhos, merece assim, uma certa atenção, pois não se trata de um problema restrito a algumas instituições de ensino, mas sim, um problema de ordem nacional, que afeta principalmente as classes mais desfavorecidas da sociedade.

A evasão escolar deriva de muitos acontecimentos que propiciam para que se afastem da escola e não consigam concluir a educação básica. Existem inúmeros motivos para este fenômeno como o ingresso na criminalidade para poder ajudar a família a ter os mínimos necessários para sobrevivência, o desinteresse pela escola que proporciona ao estudando somente aquilo que o estado lhes repassa, as inúmeras violências intrafamiliares, a má qualidade do ensino que vem a cada ano com a perspectiva de ranquear afastando o aluno, são todos considerados partes fundamentais para a evasão escolar.

De acordo com Meneses (2011, p. 01) “O problema da evasão escolar é uma questão que tem raízes históricas, associando-se a uma política imposta pelas elites, na qual pesam sucessivas intervenções do governo na mudança do sistema escolar.”

Muitas leituras foram realizadas para se chegar aos dados do projeto de intervenção que fez parte do estágio curricular obrigatório, tive inúmeras conversas com diretores, coordenadores, professores e pude constatar que muitos destes profissionais, fizeram e fazem o possível pelo aluno, é notório o amor que muitos tem por seu trabalho, muitos professores ajudaram a assistente social a trazer de volta à escola alunos que não vinham mais, e que hoje voltaram as salas de aula graças ao esforço que toda a equipe fez, para que pudéssemos solucionar os problemas envolvendo o abandono da criança do âmbito escolar, muitas delas necessitaram mudar de escola, de turma, mas a maioria voltou as salas de aula, para a equipe social efetive suas ações, pois antes das mesmas chegarem a secretaria, nada era feito para atender estas crianças.

Também não poderia deixar de falar dos descasos com os alunos, violando totalmente seus direitos, pela própria escola, pois ainda existem profissionais com posturas tradicionais sem conhecimento para lidar com estes casos. Nos dias atuais, a escola precisa estar preparada para romper com traços tradicionais neste sentido é necessário que tenhamos em sala professores que saibam inovar e propor ações voltada a todos, que traga o aluno para dentro da sala, ações que o instiguem a estudar e ajudando a entender este processo pedagógico.

Johann (2012, p. 76), ressalta que:

(...) é preciso estar atento à dimensão pedagógica do processo escolar, buscando compreender o que se passa dentro dos muros da escola e principalmente dentro de cada sala de aula, identificando assim possíveis fatores que possam produzir o fenômeno da evasão escolar.

Com esta pesquisa, pode-se perceber, que as causas destas evasões também são atribuídas aos descasos que algumas famílias tem com seus filhos, muitos pais nos receberam de forma agressiva e se desligando completamente do seu filhos, dizendo que não queriam mais a criança, que éramos para levar embora, justificavam que já haviam desistido da criança, mas a assistente social tentava a todo momento durante nossas conversas, ressaltar a importância da família presente no espaço escolar, o dever dos pais em levar e fazer com que a criança permaneça na escola, afinal, é de sua inteira

responsabilidade saber o que acontece com a criança e ser responsabilizados por tais motivos.

Para Nunes 2011, p. 04

A família não deixa de ser uma peça fundamental na educação, mas que os motivos do abandono escolar envolvem questões mais profundas. Um grande problema é a distribuição desigual de renda e metodologia do ensino que ainda atende à normas do século XIX.

Segundo a visão de Arroyo 1997, p.23: “Na maioria das causas da evasão escolar tem a responsabilidade de atribuir à desestruturação familiar, e o professor e o aluno não tem responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra.”

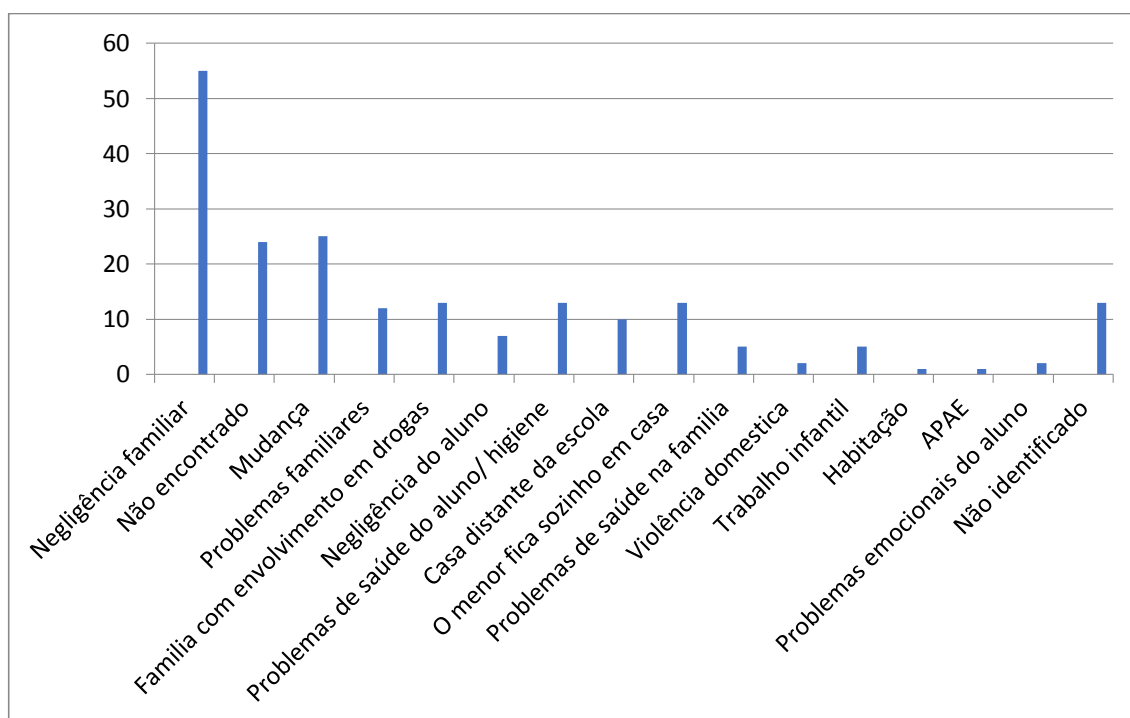
O quadro 2, traz o quantitativo de alunos atendidos nas escolas municipais de março a dezembro de 2013 no Município de Matinhos, por motivo de falta e desistência escolar.

Quadro 2: Escola x Atendimento do Serviço Social por Evasão Escolar

ESTABELECIMENTO ATENDIDO/ ESCOLA	Número de casos atendidos
CAETANA	17
ELIAS ABRAHÃO	31
FRANCISCO	77
LEOCÁDIA O. SANTOS	6
LUIZ CARLOS	33
MONTEIRO LOBATO	16
OITO DE MAIO	8
WALLACE T. DE MELLO	14

Somando um total de 202 casos atendidos em um ano de trabalho. No gráfico a baixo apresentado estão os motivos que levaram segundo relato dos responsáveis pelos alunos, as faltas excessivas e a evadir do âmbito escolas.

Gráfico 2: Motivos que levaram a evasão escolar:



Para Silva Filho (2007, p.642):

As perdas de estudantes que iniciam mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos. No setor público, são recursos Públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

É necessário que se possa garantir a estas crianças e adolescentes o que já está previsto no Estatuto da criança e do adolescente:

Art. 53. A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência;

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
VII – atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
1.º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
2.º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente. (Estatuto da Criança e do Adolescente)

É inaceitável os números vistos acima, não são alguns casos e sim inúmeros atendimentos por evasão escolar todos os meses. É necessário que possamos refletir e identificar o motivo pelo qual estas crianças e adolescentes evadem todos os dias das escolas municipais de Matinhos, como também imaginar qual o atendimento dado a estas crianças antes da inserção da profissional de serviço social na educação, afinal Matinhos é o único município do litoral do Paraná que tem em seu quadro de profissionais da educação uma profissional de serviços social que está fazendo um trabalho para tentar buscar estas crianças evadidas, como estão os outros municípios e as crianças que evadem todos os dias das escolas?

Não sendo este um assunto de interesse somente dos profissionais de Serviço social mais sim de toda sociedade. Não podemos deixar em pleno século XXI, que se repitam as histórias de exclusões já vistas, é necessário um esforço conjunto onde a sociedade faça o seu papel e possa cobrar dos governantes uma educação realmente para todos e de qualidade para que estas crianças e adolescentes possam ter a oportunidade de estudar e poder se desenvolver em sua plenitude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o propósito de contribuir para os estudos da ampliação e compreensão da atuação do Assistente Social no sistema escolar público. Foi possível identificar que o processo de democratização da política de educação ocorrido no Brasil após a Constituição Federal de 1988, facilitou o acesso dos alunos às escolas, havendo a ampliação da política, ainda assim, o pensamento das escolas em relação aos anos anteriores pouco mudou, pois o ensino ainda tem a perspectiva voltada em grande parte somente ao mercado de trabalho, sem visualizar o estudante como um indivíduo em pleno desenvolvimento de sua cidadania. Estes efeitos são decorrentes do modelo neoliberal, que compromete o sistema educacional, prejudicando a sua estrutura sócio econômica e os indivíduos inseridos neste contexto, como os professores, os alunos e seus familiares.

Foi possível compreender através desta pesquisa, que a inserção do Assistente Social na composição do quadro multiprofissional da educação, contribuirá para que a escola exerça sua função social, efetivando a proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. A escola, enquanto transmissora de conhecimento e cultura, vem perdendo essa identidade, encarregando-se de trabalhar as problemáticas sociais apresentadas pelas famílias. Neste sentido, é de extrema urgência a ampliação das discussões e lutas da categoria e de toda sociedade para a efetivação dos projetos de lei que dispõe a introdução de assistentes sociais em cada escola pública.

A demanda por profissionais de serviços social nas escolas é visível pois além da possibilidade de contribuir e solucionar as problemáticas vividas pelas crianças e adolescentes, este profissional também poderá proporcionar o devido encaminhamento a redes de proteção social que, contribuem para a

efetivação do direito a educação plena e de qualidade. Acredito que com a articulação do profissional e a busca ativa de muitas das crianças evadidas poderiam conseguir o retorno para o convívio escolar, como se efetivou no município de Matinhos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O serviço social na educação**. Revista Inscrita. N. 6. Brasília: CEFESS. 2000, p.02.

AMARO, Sarita. **Serviço social na educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis. Ed. da UFSC. 2012.

ARROYO, Miguel G. da. **Escola coerente à escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997, p.23.

BARROS, E.; BRUNACCI, M.I.; **O Brasil sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea: uma análise dos governos Collor e Lula**. São Paulo: Saraiva. 2010, 310p, 311p.

BOSCHETTI, Ivanete. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo. Cortez, 2008, p. 87.

BRASIL, **Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 27/11/2014.

_____. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, Capítulo III, seção I.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107. Acesso:10/10/2014

_____. Ministério da Educação. **Plano de desenvolvimento da educação**. 2007, 5-6 pg. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>. Acesso em: 02 de abril. 2015.

_____. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm. Acesso em: 08/06/2015

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 08/06/2015

BRESSAN, Carla Rosane. **Serviço social na educação.** Brasília: CFESS, 2001.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas, São Paulo: Papyrus. 1991.

CARMADELO, Ana Maria. **Estado, educação e serviço social: relações e mediações no cotidiano.** Serviço Social e Sociedade. n.46. São Paulo: Cortez, 1994. pp. 138-162.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – GT DE EDUCAÇÃO: **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação.** Brasília, junho de 2011, p.25, 58.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação, estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez. RJ: Editora da UFF; Brasília-DF: FLACSO do Brasil, 1991.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania.** Campinas, SP: Papyrus, 1996.

Educação e Sociedade: Revista de Ciência da Evolução/ Centro de Estudos Educação e Sociedade. Vol. 26, n.91. São Paulo: Cortez. 2005.

FREIRE, Paulo. (2006b). **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: UNESP

GUIMARAES-IOSIF, Ranilce. **Educação, Pobreza e Desigualdades no Brasil: Impedimentos para a cidadania Global Emancipada.** Liber Livros. Brasília, 2009, p. 48,49,51,55.

HELFREICH, Francine. **Serviço Social e Educação**: o exercício profissional dos assistentes sociais em escolas públicas de favelas (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: Uerj, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórica e metodológica. São Paulo: Cortez. 1982, p.75, 77, 116.

_____. **A questão social no capitalismo**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, ano II, n. 3, p. 9-32, mês. 2001.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p.21.

JOBIN, Solange; KRAMER, Sonia. **Avanços, retrocessos e impasses da política de educação pré-escolar no Brasil**. In: Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Loyola, 1988.

JOHANN, C. C. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense**: um estudo de caso no Campus Passo Fundo. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo: Rio Grande do Sul. 2012.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e serviço social**: elo para a construção da cidadania. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC/SP. São Paulo: PUC/SP, 2007. 263 p.

MELO, A. **Fundamentos socioculturais da educação**: Intersaberes. Curitiba, 2012.

MELLO, G. N. **Cidadania e competitividade**: desafios educacionais de terceiro milênio. 10 ed. São Paulo: Cortez. 2005

MENESES, José Décio. **A problemática da evasão escolar e as dificuldades da escolarização**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/a-problematica-da-evasao-escolar...da-escolarizacao2761092.html>>. Acesso em: 25/05/2015.

MORITA, Sonia Maria Lara. **Mau rendimento escolar: um enfoque do Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 37. dez. 1991, p. 77-89.

MOTA, Ana Elizabete da. **O feitiço da ajuda.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1987, p.158.

NUNES, Alexandre. **Evasão escolar no Brasil.** Disponível Em: <<http://www.vitrinidocariri.com.br/index.php?...emid=49>>. Acesso em: 25 maio 2015.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Assistência social: do discurso do Estado à prática do serviço social.** 1988, p. 158.

PEREIRA, Larissa Dehmer; ALMEIDA, T. L. N.; **Serviço social e educação:** Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2013.

_____. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional.** São Paulo: Xamã. 2008, 207 p.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica. 2000, 158 p, 186p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 13. ed. Petrópolis: Vozes. 1991.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. **A evasão no ensino superior brasileiro.** Cad. Pesqui. São Paulo, v. 37, n. 132, Dec. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01001574200700030007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18/03/2015.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **O Serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2009, 15pg.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e Educação: uma questão em Debate.** Interface, Rio Grande do Norte, vol.2 n. 1. Jan 2005, p 38-39.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Concepção da dimensão política da prática profissional.** In: ANAS. Serviço Social: as respostas da categoria aos desafios conjunturais. São Paulo, 1991, p. 47.